



**REENCONTROS  
NOVOS ESPAÇOS  
OPORTUNIDADES**

**XXXIV SIC** Salão Iniciação Científica

**26 - 30**  
SETEMBRO  
CAMPUS CENTRO

<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2022: SIC - XXXIV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2022
<b>Local</b>	Campus Centro - UFRGS
<b>Título</b>	A positivação constitucional dos direitos da comunidade LGBTQIA+ no Brasil e em Portugal
<b>Autor</b>	LUCAS DE OLIVEIRA MELO
<b>Orientador</b>	LISIANE FEITEN WINGERT ODY

A presente pesquisa tem como escopo realizar uma análise histórica e comparada acerca da posituação constitucional dos direitos e garantias da comunidade LGBTQIA+ no Brasil e em Portugal no século XXI. A estruturação desta pesquisa se deu por meio da comparação entre textos constitucionais, jurisprudência e leis recentemente promulgadas por ambos países, conjuntamente da análise criteriosa da historiografia luso-brasileira. Sabe-se que Brasil e Portugal são países lusófonos que compartilham intimamente um passado histórico comum. Ademais, o século XXI foi um século marcado por revoluções e lutas por direitos e igualdades em diversos âmbitos sociais, e não foi diferente quanto à comunidade LGBTQIA+ e a sua reivindicação de proteções constitucionais e legítimas contra a discriminação - a chamada LGBTfobia. No que tange às relações de Brasil e Portugal, considera-se que são países que partilham dum período monárquico, republicano, ditatorial e democrático quase que simultâneos e que também compartilham diversas semelhanças socioculturais e constitucionais devido aos laços de metrópole-colônia estabelecidos no século XVI. Mesmo após mais de 500 anos de história, ambas as sociedades, tanto brasileira quanto portuguesa, andam a passos semelhantes quanto a garantia de direitos da população LGBTQIA+, afinal, os dois países passaram recentemente por uma ditadura militar impiedosa - onde grupos minoritários eram perseguidos e oprimidos - e por um período democrático onde foram estabelecidas constituições democráticas e representativas, que buscam varrer o passado ditatorial ao passo que promovem a igualdade e dignidade a toda população. Da análise comparativa realizada, chegamos a conclusão da importância da posituação de direitos pela carta constitucional como também podemos destacar a função do constitucionalismo em garantir direitos em sociedades que estão em constante transformação em busca do progresso.